

Manuel José dos Santos Silva, reitor da UBI

“Bolonha há muito que aconteceu na nossa universidade”

A importância nacional e regional da instituição, o futuro da UBI e os desafios colocados com a abertura da nova Faculdade de Ciências da Saúde, são alguns dos temas abordados por Manuel dos Santos Silva, nesta entrevista a *Urbi*. Numa altura em que a UBI celebra 20 anos de ensino universitário, o reitor fala ainda do Processo de Bolonha e da nova licenciatura em Ciências Farmacéuticas.

Catarina Rodrigues e Eduardo Alves

Urbi – A Faculdade de Ciências da Saúde (FCS) foi inaugurada. O que significa este passo para a Universidade?

Manuel dos Santos Silva – O edifício da FCS representa um passo extremamente importante para a UBI, mas não só. É um empreendimento que tem a ver com o desenvolvimento da região. O edifício foi concebido para albergar a Medicina, mas sobretudo, para permitir um novo modelo pedagógico.

U – As instalações estão prontas e agora falta equipá-las, o que equivale a um grande investimento. Como vai a universidade suportá-lo?

M.S.S. – Existe um financiamento no âmbito do Programa Operacional Ciência e Inovação 2010 com um montante de 20 milhões 674 mil euros. A UBI já investiu também três milhões de euros em terrenos e foram investidos alguns fundos do PIDDAC antes de se iniciar este programa de financiamento. Os fundos destes programas não foram esgotados com a construção. A universidade ficou ainda com um montante que ronda os dois milhões de euros. É com essa verba que estamos a começar a equipar as instalações. No dia da inauguração os auditórios já estavam equipados, assim como as salas de auto-aprendizagem. Durante estas semanas vamos receber uma boa parte do mobiliário que está destinado ao edifício. Estes dois milhões de euros foram assim destinados a esta primeira fase de equipamento das instalações para que todo o complexo possa funcionar nas melhores condições no próximo mês de Setembro. Encontramos mais dificuldade no financiamento do Centro de Investigação em Ciências da Saúde (CICS). A verba para tal irá ser encontrada no âmbito dos programas comunitários em curso ou no próximo ano através do Quadro Comunitário de Apoio.

U – O Orçamento de Estado transferido para a UBI não tem correspondido ao aumento dos custos. No encontro com o primeiro-ministro e com o ministro da tutela foi adiantada alguma novidade sobre esta questão?

M.S.S. – Os orçamentos das diferentes instituições são do conhecimento público. Estas chamadas de atenção são feitas no sentido de corrigir uma anomalia existente. Há uma diferença muito grande, no que é financiado, por aluno, na UBI, em comparação com o que é financiado para outras universidades e esta situação é inadmissível.

U – Para além da FCS, a UBI tem outras ambições: alargar os Serviços Centrais da reitoria, a Unidade de Artes



“Os próximos passos vão no sentido de produzirmos mais cientificamente”

e Letras, o Complexo Desportivo das Ciências do Desporto, o hangar de Aeronáutica. Para quando estas infra-estruturas?

M.S.S. – Estas obras já estão em curso e são suportadas por receitas próprias, uma vez que estavam contempladas em receitas de PIDDAC, mas depois deixaram de estar. No próximo ano, posso adiantar, que os funcionários da reitoria estarão devidamente albergados. Estamos a avançar com as obras que conseguimos pôr em funcionamento, não com o orçamento que desejaríamos ter, mas com o que podemos, isto para garantir que os alunos não deixem de ser servidos pelas instalações que necessitam.

U – A UBI avançou, na data prevista, com as propostas de adequação das licenciaturas (18 das 31 em funcionamento) no âmbito do Processo de Bolonha. Qual é ponto da situação?

M.S.S. – Nesta fase, ou os processos entregues à Direcção Geral do Ensino Superior estão bem instruídos e são registados, ou este organismo pode ainda solicitar à universidade esclarecimentos sobre diversos aspectos. Se os cursos forem registados entram em funcionamento no próximo ano lectivo, caso isso não aconteça, os cursos existentes continuam em funcionamento e vamos fazer da adequação durante o próximo ano. Para os alunos que entrarem na UBI, o espírito de Bolonha está garantido e essa é a parte mais importante.

U – Parecem existir ainda muitas dúvidas sobre o assunto. Como será, por exemplo, a questão das propinas? O valor do 1º ciclo será diferente do 2º?

M.S.S. – No que diz respeito ao 1º ciclo, as propinas continuam com os valores que agora estão em prática. No caso do 2º ciclo, a lei é clara, caso este seja necessário para o exercício de uma profissão, as propinas do 2º ciclo são iguais às do 1º. Sob este ponto de vista, a lei não deixa dúvidas. Compete agora, ao corpo docente, justificar porque é que o 2º ciclo é absolutamente necessário para o exercício de uma profissão. Se isso estiver justificado perante o ministério, as propinas dos dois ciclos são iguais.

U – Na questão da avaliação das instituições, o governo diz que estas deverão ser obrigatoriamente submetidas a uma avaliação internacional. Faz sentido?

M.S.S. – As pessoas esquecem-se que as universidades foram percorridas na avaliação institucional. Defendo a existência de avaliações externas e que estas integrem avaliadores internacionais, para dar credibilidade ao nosso ensino. Mas, nessas comissões não devem existir apenas peritos internacionais. Temos docentes universitários em Portugal perfeitamente capazes de integrar as comissões internacionais e de fazer parte das avaliações do nosso País de uma forma isenta. Defendo a avaliação internacional, mas esta não pode ser cega. Dou o exemplo da criação da FCS. Existem poucos casos onde em dois anos se coloca um curso de Medicina a funcionar como foi conseguido pela UBI. É evidente que ainda não temos a dimensão de outras universidades que já têm centenas de anos. Neste caso a avaliação tem de ser flexível e deixar avançar as instituições no sentido destas criarem a sua massa crítica.

U – A UBI anunciou a intenção de abrir o curso de Ciências Farmacéuticas. Porquê essa aposta?

M.S.S. – A propósito da criação da FCS, a resolução 140/98 do Conselho de Ministros diz que a UBI ministrará Medicina e outros cursos na área da Saúde. Estes mesmos cursos são apresentados ao ministério da tutela mediante o plano de desenvolvimento desta faculdade. Este foi apresentado atempadamente. Neste plano de desenvolvimento, para além das Ciências Biomédicas tínhamos também prevista a abertura de um curso de Ciências Farmacéuticas. Deixámos consolidar a Medicina e podemos dizer que essa licenciatura e o seu modelo pedagógico estão estáveis. Começamos com as Ciências Biomédicas porque estas têm uma componente muito forte de Física, de Química e também de Engenharia, onde temos um corpo docente praticamente todo doutorado. Por exemplo, 90 por cento dos docentes do Departamento de Química têm doutoramento, uma percentagem semelhante à registada nas engenharias, daí que tivéssemos um corpo docente preparado para arrancar primeiro com as Ciências Biomédicas. Neste momento, existem 12 licenciados em Farmácia que fizeram o seu doutoramento na UBI, o que quer dizer que estamos com todas as condições reunidas para assegurar uma licenciatura em Ciências Farmacéuticas com um corpo docente qualificado. Como se trata de um curso com ciclo integrado, conducente ao grau de mestre, a lei é clara e o 2º ciclo só será ministrado por doutores. Quisemos garantir também que quando esta licenciatura arrancasse tivesse, não só os

meios humanos qualificados, como também as condições físicas necessárias. Uma vez que a Medicina no próximo ano se transfere para a nova faculdade, ficamos com instalações livres. Desta forma, podemos arrancar com o novo curso sem qualquer problema.

U – Há também quem defenda a licenciatura em Direito, na UBI. Concorda?

M.S.S. – Julgo que faz todo o sentido criar uma licenciatura em Direito no interior do País. Mas, actualmente existe um número de cursos de Direito exagerado para o País que temos. Outra das questões que deve ser tida em linha de conta é a do baixo número de doutores em Direito que existem em Portugal. O que quer dizer que a lançarmos uma licenciatura nessa área, primeiro, tinha de ser garantido um corpo docente qualificado, porque essa é a política da UBI.

U – A ligação às empresas e a projectos como o Parkurbis continuam a ser prioridades?

M.S.S. – Sempre foi política desta instituição ter uma abertura ao exterior. Hoje qualquer universidade tem de o fazer. Bolonha há muito que aconteceu na nossa universidade. A aprendizagem é centrada nos alunos, disponibilizando a estes os meios para aprenderem a aprender e praticar. É com base nessa prática que depois desenvolvem os seus processos de aprendizagem.

U – Na questão da autonomia das universidades defende que o Governo não deve deixar de exercer a regulação e o ordenamento da Rede de Ensino Superior. Porquê?

M.S.S. – O próprio Governo admite que não tem existido regulação neste sector. Mesmo em áreas como a da saúde, há uma desregulação completa no número de cursos que abrem em Portugal e que terá consequências dentro de alguns anos. Não tem existido o cuidado de planejar. Tem de existir um poder mais eficaz, regulador do sistema. Actualmente existem cursos com as designações mais variadas e se não houver um ordenamento e uma regulação na rede de ensino, as instituições do superior nas zonas interiores de Portugal podem desaparecer.

U – Passados 20 anos, o que podemos esperar da UBI no futuro?

M.S.S. – Os próximos passos vão no sentido de produzirmos mais cientificamente. Estamos a caminhar para ter um corpo docente todo doutorado, sendo evidente que, com isso, a produtividade científica aumentará. Mas também é certo que, neste momento, não podemos ter a produtividade científica que tem uma instituição com centenas de anos de existência.